



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

PROJETO DE LEI Nº 395 DE 2021
AUTORIA: DEPUTADA JOANA DARC

Dispõe sobre a criação do serviço telefônico via Whatsapp para denúncia de maus-tratos contra a pessoa com deficiência.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS DECRETA:

Art. 1º Assegura a criação do serviço telefônico via Whatsapp para denúncia de maus-tratos contra a Pessoa com Deficiência no âmbito do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. O serviço previsto no *caput* deste artigo será disponibilizado através do envio de mensagens via aplicativo Whatsapp para o recebimento de denúncias de maus-tratos contra pessoas com deficiência, realizado por familiar ou qualquer cidadão que perceba indícios ou testemunhe tais atos de violência.

Art. 2º As denúncias recebidas serão cadastradas, selecionadas e averiguadas imediatamente, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis por Lei e seu encaminhamento à Delegacia Policial mais próxima do fato.

Art. 3º São considerados maus-tratos à Pessoa com Deficiência, para efeito desta Lei, quaisquer atos de violência, sejam eles físicos, psicológicos e verbais e qualquer outro que fere a dignidade da pessoa humana.

Art. 4º O serviço de denúncia de que trata esta Lei, será o único e exclusivo para recebimento de fotos, mensagens e vídeos referentes ao motivo das denúncias, não sendo permitido por meio de ligações.

Art. 5º A identidade do denunciante será mantida em sigilo.

Art. 6º Este serviço de que trata a presente Lei deverá ser amplamente divulgado.

Art. 7º O Poder Executivo poderá celebrar convênios com os Municípios com o objetivo de instituir políticas conjuntas para o efetivo enfrentamento à violência contra a Pessoa com Deficiência, encaminhando estas denúncias aos órgãos competentes, tendo em vista a existência de órgãos locais e regionais que corroborem com esta temática.

Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei estabelecendo as normas necessárias ao seu fiel cumprimento.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 23 de agosto de 2021.

JOANA DARC
Deputada Estadual – PL/AM

Av. Mário Ypiranga Monteiro, n.º 3.950 - Ed. Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque - Parque Dez
CEP 69.050-030 - Manaus - AM - Brasil

f @ assembleiaam www.aleam.gov.br

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2021.10000.00000.9.031587:

JOANA DARC DOS SANTOS CORDEIRO - DEPUTADO(A) - EM 24/08/2021 12:20:05

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 50D16FA600075694 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados e Deputadas, o presente projeto de lei objetiva criar o serviço telefônico via Whatsapp para denúncia de maus-tratos contra a pessoa com deficiência no Estado do Amazonas. O programa será um serviço disponibilizado através do envio de mensagens a realizado por familiar ou qualquer cidadão que perceba indícios ou testemunhe tais atos de violência.

É cada vez mais comum a violência física e psicológica contra as pessoas com deficiência. Independentemente da faixa etária, situação socioeconômica, a deficiência está entre os principais fatores que aumentam a propensão e a exposição aos atos de violência.

A violência contra a pessoa com deficiência pode atingir todo o leque de direitos fundamentais, principalmente a educação, a saúde física e psicológica, cabendo ao Estado prevenir e enfrentar a violência, mais agravada contra a pessoa com deficiência em vista do estigma.

De acordo com dados internacionais da ONU, temos que reforçar a necessidade de um olhar mais atento para essa população, pois tem 1,5 vezes mais chances de ser vítima de abuso sexual e 4 a 10 vezes maior probabilidade de ter vivenciado maus tratos na infância. Outro fator que podemos verificar é a sua maior dificuldade de acesso a serviços, também como obter uma intervenção policial, proteção jurídica e cuidados preventivos, haja vista os problemas de locomoção ou de comunicação.

Infelizmente existe exploração sexual com a negativa do reconhecimento sexual da mulher, recusa de prestar informações ou educação sexual, como o controle de natalidade, sexo indesejado, agressões, esterilização forçada e a exploração financeira, impedindo assim a pessoa de decidir sobre seus recursos.

No caso de maus-tratos, podem ser de ordem física através de agressões, tratamento grosseiro e incúria com cuidados pessoais, excesso de medicamentos e reclusão. Os maus-tratos psicológicos podem ser através de excessos verbais, intimidação, isolamento social, privações emocionais, ameaças e outros.

Vale ressaltar que o autor dos maus-tratos sempre exerce uma situação de poder em relação à vítima do abuso. Através de sua autoridade poderá obter consentimento para contatos sexuais, com ameaças e até desacreditar a vítima como testemunha.

Os abusos devem ser reconhecidos como um grave problema social, um crime. As pessoas responsáveis pelos cuidados com a Pessoa com Deficiência como também a comunidade em geral, devem estar capacitadas para detectarem o caso de violência e denunciarem imediatamente.

Através do aplicativo de mensagens Whatsapp, esse processo tornar-se-á mais fácil pois hoje em dia a população em geral possui este recurso.

Cumprе destacar que o projeto de lei aqui proposto é de iniciativa do processo legislativo, pois se trata de competência concorrente iniciativas sobre o tema, *in verbis*:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

Av. Mário Ypiranga Monteiro, n.º 3.950 - Ed. Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque - Parque Dez
CEP 69.050-030 - Manaus - AM - Brasil

f @ assembleiaam www.aleam.gov.br

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2021.10000.00000.9.031587:

JOANA DARC DOS SANTOS CORDEIRO - DEPUTADO(A) - EM 24/08/2021 12:20:05

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 50D16FA600075694 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

No mesmo sentido, a Constituição do Amazonas assim dispõe:

Art. 18. Compete ao Estado, respeitadas as normas gerais estabelecidas em lei federal, legislar concorrentemente com a União sobre:

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Ultrapassado este ponto, pode-se afirmar que é obrigação do Estado criar mecanismos de promoção e proteção a pessoa com deficiência. Sem o direito de existir e de ser reconhecido como um indivíduo dotado de características comuns às demais pessoas, a dificuldade em se aceitar e se adequar à sociedade torna-se evidente.

Neste sentido, a Constituição Federal ampara as questões referentes à Pessoa com deficiência de forma irrefutável, vejamos:

Art. 30. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 50. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

Deste modo, depreende-se a partir das citadas redações que cabe ao Poder Legislativo Estadual atuar sobre o assunto a que se refere a proposta em epígrafe.

Diante o exposto, com a devida vênia, conto com a sapiência dos nobres pares para aprovação do presente projeto de lei.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 23 de agosto de 2021.

JOANA DARC
Deputada Estadual – PL

